



## ENVELHECIMENTO E RUALIZAÇÃO: ANÁLISE DE FENÔMENOS QUE EXPURGAM A POPULAÇÃO ENVELHECIDA ÀS RUAS

Aiza Vanessa de Arruda Barbosa <sup>1</sup>  
Karynna Magalhães Barros de Nóbrega <sup>2</sup>

### RESUMO

A população brasileira passa, atualmente, pelo processo de envelhecimento e por grave desequilíbrio financeiro, agravados após a crise pandêmica de COVID-19. Os fenômenos de inversão da pirâmide etária e a crise econômica brasileira, são constantemente apresentados, entretanto, pouco investiga-se a relação dialética entre eles e as possíveis consequências dessa vinculação. Assim, mostra-se imprescindível analisar o entrelaçamento desses dois fenômenos e os possíveis reflexos na sociedade, como o crescimento da rualização e a exclusão social dessa população envelhecida. Este estudo busca, então, identificar os reveses que levam as pessoas idosas a subsistirem em situação de rua, e quais considerações são apontadas como produtoras dessa realidade de desumanização. O interesse é analisar se conjunturas como o desemprego, o desamparo governamental e familiar, o desejo por liberdade diante de exigências culturais opressoras, o envolvimento com álcool e outras drogas, ou mesmo questões psicológicas, são exemplos impulsores da rualização desses sujeitos. Desse modo, procura ir além, preocupando-se em identificar as questões políticas e sociais que expurgam essa população a sobreviverem à margem de seus direitos, da humanização e desafiliados de uma sociedade que deveria servir de abrigo. A presente pesquisa busca seus propósitos por meio de uma revisão sistemática da literatura existente sobre as pessoas velhas em situação de rua no Brasil, e o método utilizado de exploração da bibliografia encontrada, deu-se a partir dos descritores “envelhecer em situação de rua”, “por que os idosos estão nas ruas” e “população idosa e exclusão social”. E ainda, analisar possíveis temas semelhantes caros a esta pesquisa, por exemplo, a crise econômica brasileira e a tendência mundial a inversão da pirâmide etária.

**Palavras-chave:** Envelhecimento, Inversão da pirâmide etária, Crise econômica, Rualização, Exclusão.

### INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional brasileiro é uma realidade já conhecida e que segundo o IBGE tende cada vez mais ao crescimento acelerado nos próximos anos, estimando-se que haverá mais idosos do que crianças abaixo de 15 anos em 2030 (IBGE, 2015). Além disso, os dados retratam também que em 2019 os idosos correspondiam a 14% da população brasileira,

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, aizavanessab@gmail.com;

<sup>2</sup> Professora associada da Unidade Acadêmica de Psicologia, Universidade Federal de Campina Grande -PB, karynna.magalhaes@professor.ufcg.edu.br

e as projeções indicam que esse número vai aumentar substancialmente para 30% até o ano de 2060 (IBGE, 2020). Ou seja, racionalmente, o Brasil deveria ser um país preocupado com as políticas públicas que têm por perspectiva essa população, visto que é parte significativa da população brasileira e que de acordo com essas projeções vai configurar parte ainda maior em um futuro bem próximo.

Entretanto, o país se depara com muita negligência para com essa realidade de envelhecimento populacional, apoiado em um sistema neoliberalista que visualiza apenas a produtividade e o consumismo, e apaga de suas perspectivas quaisquer prejuízos ou inutilidade para o sistema. Desse modo, a população envelhecida já não é mais tão pertinente a esse sistema produtivo, visto que já não é mais a mão de obra prioritária, e que espera dessa relação a retribuição desse sistema em forma, por exemplo, de seguridade social (SANTOS E NASCIMENTO, 2020).

Com a pandemia de COVID-19 verificou-se uma ruptura na oferta e na demanda de bens e serviços, com a paralisação de cadeias produtivas inteiras. E o país que desde muito tempo já enfrentava crise econômica, viu esta se intensificar consideravelmente diante da realidade pandêmica, de isolamento social e de quebra dessas cadeias produtivas e consumistas (SCALZILLI, *et al*, 2020)

Além disso, a pandemia do COVID-19 inicialmente jogou luz sobre a população envelhecida e suas querelas, quando os colocou no grupo de risco de contaminação, pois durante o início da pandemia quando tudo era incerteza, as principais recomendações e preocupações estavam voltadas para que esse grupo não fosse contaminado pelo vírus. Visto que tinham maior probabilidade de sofrerem com as graves consequências da doença, assim, deu-se a sensação de visibilidade aos sempre invisíveis na sociedade brasileira (DUARTE, *et al*, 2021). Entretanto, essa intenção de colocar essa população em evidência, logo confrontou-se com os fenômenos econômicos, sociais e políticos produtores de exclusão e apagamento social, já antigos no Brasil.

O produto dessa realidade de envelhecimento populacional, crise econômica e agravamento dos fatores sociais com a pandemia de COVID-19, desembocaram em um aumento do número de pessoas envelhecidas expurgadas para a situação de rua. Levantamentos apontam para o crescimento dessa população durante a pandemia, em 2020 já marcou mais de 222 mil pessoas (NATALINO, 2020). Mas, ainda enxerga-se os resultados dessa realidade, pois só durante o período de janeiro a maio de 2022, pelo menos 26.447 pessoas foram morar nas ruas (JORNAL HOJE, 2022).



A pandemia para além do expurgo às ruas, intensificou o lugar de apagamento dos sujeitos envelhecidos no país. Estes, desamparados de suas relações sociais, se confrontam com novas formas de sofrimento impostas por esse contexto social pandêmico, ou seja, foram colocados em um lugar de invisibilidade e de esquecimento. Pois, o sujeito envelhecido diante dessa realidade passou a ser um resto deste real, um dejetivo produzido por uma sociedade capitalista que visa a lucratividade, e negligência o sofrimento humano.

Assim, a intenção é analisar esses fenômenos, entendendo que esse expurgo social da população envelhecida está entrelaçado diretamente com as consequências da realidade pandêmica. E visto que a ainda lida-se com os resultados desta, alguns ainda pouco abordados, faz-se necessário analisar esses fatores e seus entrelaçamentos, para assim buscar compreender alguns percursos tomados diante da situação, que a princípio parecem desenfreados, mas que nesta pesquisa identifica-se como resultado de um passado de negligência com as projeções e com as políticas sociais, e claro de muita omissão com a situação de abandono dos sujeitos.

Desse modo, busca-se visualizar os indivíduos a partir dessa perspectiva de despertencimento e desafiliação, como também, entender suas relações com o laço social, e as mutações deste sofridas com a pandemia.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa busca seus propósitos por meio de uma revisão sistemática da literatura existente sobre as pessoas velhas em situação de rua no Brasil. A busca foi realizada durante o período de junho de 2022 a agosto de 2022, tendo por privilégio de fonte de dados SciELO, LILACS e o Portal do Envelhecimento e Longevidade, a partir dos descritores “envelhecer em situação de rua”, “por que os idosos estão nas ruas” e “população idosa e exclusão social”. Como também, analisar possíveis temas semelhantes caros à pesquisa, como por exemplo, a crise econômica brasileira e a tendência mundial à inversão da pirâmide etária. Foi utilizado como base teórica um total de 6 (seis) artigos, todos de língua portuguesa, produzidos a partir dos acontecimentos da pandemia de COVID 19, visto que é o foco principal da pesquisa analisar e descrever os fenômenos do envelhecimento humano e da realização desses sujeitos expurgados da sociedade durante o período pandêmico.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

É porque a favela é o quarto de despejo de São Paulo. É que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós os pobres que residíamos em



habitações coletivas fomos despejados e ficamos debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós os pobres somos trastes velhos. (JESUS, C. Casa de alvenaria, pag.17)

Carolina Maria de Jesus, mulher negra, migrante de Sacramento, Minas Gerais, para a favela do Canindé em São Paulo, no ano de 1948, viveu e escreveu sobre a situação da fome e da miséria no Brasil (ALMEIDA, 2017). A autora traçou a escrita do expurgo de uma sociedade capitalista, racista e misógina. Ela relata como é ser o resto social, expressa a subjetividade do dejetivo, o sentimento de ser o lixo de um país.

Vemos assim, que desde o Brasil de Carolina, e mesmo muito tempo antes, este Brasil apresenta-se como o país da fome, da exclusão social e da negação de direitos. O fato histórico que a autora retrata sobre a expulsão dos pobres do centro da cidade de São Paulo, pode nos servir como exemplificação de toda história do povo pobre brasileiro, sobre a falta de direitos e a persistente perspectiva de que por serem pobres e sem garantias, podem ser excluídos para a margem da vida, da sociedade e da dignidade.

Ou melhor, não se trata apenas de uma exclusão, mas sim, de um processo dialético e constante de exclusão/inclusão, pois segundo Sawaia (2007), a sociedade exclui para incluir e esta transmutação é a condição da ordem social desigual. Assim, todos estão inseridos de algum modo, mas nem sempre de modo digno, e para esta autora, não trata-se simplesmente de falhas do sistema, mas sim, do produto do funcionamento deste. Isto posto, conclui-se que pertence muito mais a ordem de uma inclusão social perversa, do que uma exclusão.

Não obstante, Carolina sabia que sua condição de miséria perpassa pelas questões raciais do país, ela enxergava a desigualdade pela cor da pele, parecia-lhe ser fator obrigatório para viver no quarto do despejo. Como sabe-se, desde a escravidão, o negro sofre com seu apagamento, despersonalização de seu eu, inclusão perversa, miséria e fome. E desde que chegaram ao solo brasileiro, arrancados de suas terras, de suas famílias e vidas, com suas identidades roubadas, são considerados não-humanos, não dignos de qualquer coisa, são sempre os designados a anomia social, a morrer para que vivam os brancos. (BARONE, 2019).

Segundo Florestan Fernandes (1965), a escravidão nunca acabou, mesmo após a conhecida libertação dos escravos, em 1888. Pois, a população negra após esse fato histórico foi despejada nos grandes centros, sem acesso a nenhum apoio, como trabalho, escolarização ou qualquer outro tipo de condição humana, continuaram sendo tratados como invisíveis, restos e dejetos, o que configura-se como uma transmutação da escravidão. Desse processo,

temos o início da rualização dos indivíduos negros, visto que estes, totalmente desamparados, foram desde então expurgados para tal situação de pauperização social. Explica-se então, o perfil da população em situação de rua no Brasil, que até hoje, em grande maioria, são de indivíduos negros (SANTOS, *et al*, 2020).

Em toda a história desse país, a população, em grande maioria pobre e preta, sem condições de subsistir, busca modos de sobrevivência alternativos, em diversas tentativas de garantir a sua subsistência e de seus dependentes. Quando não se obtém resultados, a total desafiliação de vínculos empregatícios, conseqüentemente, leva ao enfraquecimento de outras relações, como a de vínculos familiares. Pois, a sensação de fracasso, desapontamento e humilhação, principalmente em homens em idade economicamente ativa, leva à quebra dos laços afetivos e sociais. Ou seja, a falta de garantias econômicas para a subsistência pode ser um fator que destrói vínculos afetivos com familiares, e até mesmo pode levar à quebra de seu próprio processo identificatório, o que desse modo transforma-se em fenômeno de expurgo à situação de rua (PAUGAM, 2007).

Antes da pandemia, segundo os dados da Pesquisa Nacional realizada em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento social e Combate à fome (MDS), o perfil das pessoas em situação de rua, eram homens (82%), entre 25 e 44 anos (53%) e em grande maioria, como vimos, negros (67%) (GOV, 2020). Mas, com a pandemia e o grande desemprego, nota-se exponencial mudança do perfil de gênero e de idade, pois agora muito mais crianças e mulheres vivem em situação de rua. Entretanto, ainda não se sabe os níveis, em números, dessa rualização agravada com a pandemia, pois as pesquisas e dados sobre essa população ainda são muito escassos, o que perpetua certo apagamento dessa população (MONTEIRO, 2021).

Os dados sobre a quantidade de pessoas que estão em situação de rua, baseia-se no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico), pois através do cadastro neste, pode-se ter acesso às políticas assistenciais, como auxílios e demais apoios. Mas, deve-se levar em conta que nem todos os indivíduos em situação de rua estão cadastrados no CadÚnico, o que expressa que não se tem uma dimensão exata da população que vive em situação de rua. Essa realidade mostra a indiferença e a negligência, pois essa situação de desconhecimento, impossibilita a exigência de políticas públicas que enxerguem esses sujeitos (CARVALHO, 2020).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**



Para além do envelhecimento populacional e o agravamento da crise econômica no país, compete nos determos a analisar demais fenômenos, como o desamparo de instituições, que expurgam a população envelhecida a situação de rua. Pois, o desamparo governamental e familiar apresentam-se como fatores importantes no expurgo desses sujeitos, visto que todo ser humano demanda sustento de instituições, e que a desafiliação dessas leva diretamente ao abandono.

O desamparo governamental trata-se especificamente, da negligência com os problemas do envelhecimento humano e a falta de políticas públicas que abarquem os sofrimentos desta população. Na Constituição Federal de 1988, alguns artigos falam especificamente sobre essa população, como o art. 230, que exige a efetiva proteção à pessoa idosa por parte do Estado, da sociedade e da família, ou mesmo a Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que criou a Política Nacional de Idoso (ALCÂNTARA, 2016). Mas estas, mesmo após muito tempo, ainda não foram verdadeiramente efetivadas em nosso país, mostrando a dívida e o abandono por parte do Estado com esses indivíduos. E claramente, esse não cumprimento das políticas, abandonam e excluem a população que deveria estar assegurada pelo Estado (FREITAS E SILVA, 2021)

Além disso, deve-se levar em consideração que nenhuma das políticas propostas no país, realmente abarcam todos os problemas que perpassam o envelhecimento humano, como por exemplo, as opressões culturais e familiares. Inúmeros fatores levam as pessoas a abandonarem o seio de suas famílias, como as relações conflituosas com os parentes ou a opressão para seguirem determinadas normas sociais. E no caso da população envelhecida, essas relações de poder apresentam-se intensificadas, visto que muitas vezes, familiares retiram a autonomia dos sujeitos, por entenderem que estes não são mais portadores de discernimento.

Não obstante, a opressão para agir e comportar-se como manda a norma social, como por exemplo para realizar determinado tratamento contra sua vontade, ou mesmo, o impedimento de efetuar atividades prazerosas para estes, retiram sua autonomia sobre si, gerando incômodo, provocando a sensação de despertencimento e de despersonalização do eu (NASCIMENTO E FIGUEREDO, 2019). São pontos importantes de serem considerados quando pensamos na realização dos sujeitos, mas como percebe-se, não são fatores abordados na perspectiva das políticas públicas do país.

Para além disso, é importante lembrarmos que questões psicológicas, inseguranças, medos, também podem ser fenômenos impulsores da realidade de realização. Pois, o sujeito é uma infinda construção, que a todo tempo está a moldar-se e a constitui-se, por isso é errônea



a ideia do imaginário social de que o ser que está envelhecendo possui plena consciência e sabedoria sobre os processos que lhe afetam, como expressa a imagem cultural de que os “idosos são sábios”. Délia Catullo, em *Corpo, Tempo e Envelhecimento* (1998), dá margem para pensar sobre a insegurança do ser na ante-sala da morte e sobre a relação não linear do eu com o corpo, como no intitulado “espelho negativo”, em que o eu não encontra a si mesmo na imagem refletida no espelho. Desse modo, entendemos que o ser envelhecendo é um ser em construção, com receios e medos, e que pode sentir-se perdido e desamparado no meio que vive, sendo desprendido de suas relações sociais.

Como dito, diversos processos perpassam o envelhecimento humano, e o laço social é uma significativa conjuntura para analisarmos os processos psicológicos do envelhecimento. Considera-se, então, que não há subjetividade que se organize fora do laço social (ROSA, 1999), e durante a pandemia esse sofreu diversas mutações e modificações. O isolamento social, impeliu novos modelos de relacionamento entre as pessoas, relações limitadas, frágeis e solitárias. Tendo isso em vista, analisemos a situação das pessoas envelhecidas diante desse cenário, lembrando que mesmo antes da pandemia já possuíam relações frágeis com seus familiares, e que já conviviam com a situação de abandono familiar.

Sabe-se que a perda das relações sociais causam imenso sofrimento, levam a uma falta de lugar para esse ser velho, este que não encontra mais apoio em nenhuma instituição social. Assim como retrata Catullo (1998), o ser velho que não se apoia em uma identificação, e que tem sua condição desejante anulada padece com a falta de um lugar simbólico, e o fato de não mais ser fonte de prazer, resulta numa desnarcisação do sujeito. Ou seja, acontece a falta de investimento do ambiente em direção a esse sujeito, e vice versa, o que impede a elaboração da perda e provoca um crescente empobrecimento da vida afetiva. E Catullo (1998) afirma que: “Frequentemente, a resposta a este processo é a depressão ou a demência como defesa do último baluarte narcísico”.

Então, entendemos que os acometimentos psicológicos na velhice como a demência, a depressão e demais sofrimentos, estão diretamente relacionados com a perda do laço social. Desse modo, apresenta-se como fenômeno impulsor da realização dos sujeitos velhos, tendo em vista que estes, uma vez desamparados de instituições simbólicas, não encontram apoio em nenhuma outra instância. Assim, a mutação do laço social e a perda das relações coletivas, durante a pandemia, foi fator importante para a despersonalização dos sujeitos velhos, o que justifica o aumento do expurgo da população velha a subsistir em situação de rua.

Diante disso, podemos analisar outro ponto importante de reflexão, como o envolvimento com álcool e outras drogas, como fenômeno promotor da realização dos

sujeitos velhos. Como vimos, a desvinculação com vínculos empregatícios, a quebra do laço social, a falta de lugar, e as demais variáveis apresentadas, mostram-se como promotoras do sofrimento nos sujeitos, e principalmente nos sujeitos envelhecendo. Recorrer a vias, como o uso de drogas como o álcool, com o intuito de tamponar este sofrimento, pode ser o caminho encontrado para lidar com o peso da angústia do ser. Desse modo, a dependência dessas vias, como a dependência alcoólica, pode ser algo de desagrado para familiares e demais relacionamentos sociais, o que pode vir a ocasionar o desamparo e a quebra dos vínculos sociais. Nestes casos, a angústia é, então, dissimulada com dependências e vícios, e paradoxalmente, em um processo cíclico, pode gerar mais angústia com suas repercussões. Assim, a angústia está no cerne da análise dos fenômenos que expurgam a população envelhecida à situação de rua (NASCIMENTO, *et al*, 2021).

Para Lacan no décimo seminário (2005), a angústia provém da nossa expectativa do Outro sobre nós, das relações e dos vínculos sociais, e ao não refletirmos no espelho o que o Outro espera que sejamos, sofremos com a angústia. Em outras palavras, essa não identificação com esse ideal de eu, leva à despersonalização, a perda de si, do significante, é ser tomado pelo sentimento de estranheza. Em livre entrelaçamento da psicanálise lacaniana com os fenômenos vistos até aqui, impulsores do expurgo da população idosa, apoiamos esses processos nessa práxis. Pois, entendemos que a angústia é o principal fenômeno psicológico, que expulsa o indivíduo a margem.

A angústia por não atender as necessidades e desejos de uma família, leva ao expurgo; A angústia por não seguir o traçado pelo Outro, leva ao expurgo; O desamparo e desafiliação do Outro, leva a angústia e conseqüentemente ao expurgo; E toda a angústia causada por esses fenômenos, leva a perda de si, o desencontro com seu eu, a despersonalização. Desse modo, enxergamos que o conceito de angústia e despersonalização, para Lacan, refletem também sobre os processos de apagamento dos sujeitos velhos, da carência do objeto desejante destes, da falta de lugar social e dos adoecimentos como a demência, depressão e até mesmo psicoses. Ou seja, a angústia, surge das relações sociais e também da quebra dessas, e é a angústia basilar para o expurgo às ruas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

“Duzu lambeu os dedos gordurosos de comida, aproveitando os últimos bagos de arroz que tinham ficado presos debaixo de suas unhas sujas. Um homem passou e olhou para a mendiga, com uma expressão de asco. Ela lhe devolveu um olhar de





zombaria. O homem apressou o passo, temendo que ela se levantasse e viesse lhe atrapalhar o caminho.” (EVARISTO, 2016, pág. 20)

Duzu-Querença, personagem de Conceição Evaristo em “Olhos D’água” é uma mulher que veio para a cidade ainda pequena, designada a trabalhar para uma senhora, limpando, lavando e passando. Com o passar dos anos e de seu desenvolvimento, Duzu ficou trabalhando também para aquela senhora, como todas as outras moças da casa, e não mais nos afazeres domésticos. Duzu viveu a vida de zona em zona, de filho em filho, e com o chegar de uma situação na qual era desacolhida de um lugar no mundo, na sociedade e no tempo, passa a morar na escadaria da igreja da cidade.

Teve a vida marcada pela pauperização social, além de lidar constantemente com as perdas dos que amava, como seus filhos e netos. A personagem de Conceição perdeu todos os lugares e papéis sociais que lhe cabiam, não existia mais um lugar simbólico para ela. Por sua idade, já não podia voltar para a zona, para viver como vivia antes, e o morro já não mais lhe acolhia, pelo contrário, expulsava e matava os seus. Ela não era mais fonte de nenhum prazer, só tinha para si, dores no corpo já envelhecido e dores na alma por todas as suas vivências penosas.

Desse modo, podemos usar o conto de Duzu, para exemplificar as decorrências dos fenômenos e dos processos de angústia e de mutação do laço social com os sujeitos velhos, vistos até aqui. Pois, a personagem enfrenta a desnarcização de seu Eu, o aniquilamento de sua memória e de sua vida afetiva, e como última defesa de seu narcisismo começa a agarrar-se em delírios demenciais, exatamente como refere a autora Delia Catullo.

A autora, Conceição Evaristo, com o conto de Duzu-Querença, nos proporciona material poético para analisar a situação de entrelaçamento dos fenômenos de exclusão social e do envelhecimento da população. É através da narrativa de conto que exemplificaremos a conclusão dessa pesquisa, por entender que o conto de Duzu-Querença retrata todas as discussões e pontos abordados aqui.

No seguinte trecho retirado do livro “Olhos D’água”, identificamos a ilustração do abandono do Estado, em tratar a vida de outrem como um dejetivo. Como também, a falta de apoio familiar, a negação dos mínimos existenciais, o expurgo da situação de rua de uma idosa, e como já retratado, a desnarcização de seu Eu, como última saída de seu narcisismo. Conceição deixou posto nesse trecho, o retrato do Brasil da negligência e do Brasil que ludibria e oculta, através de grandes solenidades, o estado de completo expurgo social:



“Estava chegando uma época em que o sofrer era proibido. Mesmo com toda dignidade ultrajada, mesmo que matassem os seus, mesmo com a fome cantando no estômago de todos, com o frio rachando a pele de muitos, com a doença comendo o corpo, com o desespero diante daquele viver-morrer, por maior que fosse a dor, era proibido o sofrer. Ela gostava deste tempo. Alegrava-se tanto! Era o carnaval. E já havia até imaginado a roupa para o desfile da escola.” (EVARISTO, 2016, pág. 22)

Assim, reiteramos que é necessário enxergar o contexto por trás das realidades, e desvelar que são diversos fenômenos que se entrelaçam e produzem a situação de expurgo das pessoas velhas às ruas. Que nenhuma situação é simples, com único fenômeno impulsor, muito menos a questão da realização, pois perpassa não só questões sociais e econômicas, mas também questões psicológicas, e além disso, trata-se do entrelaçamento de todas estas. Ou seja, concerne em um conjunto de fenômenos que devem ser analisados em níveis macro, pois demandam soluções e enfrentamentos que pensem todas as perspectivas dessa situação.

Em conformidade, é preciso uma maior pesquisa-ação sobre essa realidade de expurgo, visto que a comunidade científica ainda apoia-se na análise de fenômenos individuais, como a relação dos indivíduos com álcool e outras drogas, e possui pouco material sobre esse entrelaçamento dos fenômenos que produzem essa realidade, como abordado aqui.

Faz-se necessário, maior aporte teórico preocupado em identificar esse entrelaçamento das questões políticas, sociais e psicológicas no Brasil, que expurgam essa população a sobreviverem à margem de seus direitos, da humanização e desafiados de uma sociedade que deveria servir de abrigo. Desse modo, apenas com maior subsídio teórico, e com comprovações empíricas, pesquisas sobre essa realidade de sofrimento, que pode-se dar seguimento à luta pelas políticas públicas dignas, e que abarque a realidade dos sujeitos no Brasil.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos as duas grandes autoras, mulheres fortes, escritoras por excelência, que inspiraram e proporcionaram a dose certa de indignação com a realidade de expurgo social no Brasil para realizar essa pesquisa: Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo.

E também a psicóloga, psicanalista e gerontóloga, Délia Catullo Goldfarb, por proporcionar reflexões e apoio necessário a essa pesquisa, sobre o Corpo, Tempo e Envelhecimento.



## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, A. de O. Da Política Nacional do Idoso ao Estatuto do Idoso: a difícil construção de um sistema de garantias de direitos da pessoa idosa. In ALCÂNTARA, A. de O., CAMARANO, A.A.; GIACOMIN, K. C.. Política Nacional do Idoso : Velhas e Novas Questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

ALMEIDA, J. Dossiê “Favela” ou como viver junto, por Carolina Maria de Jesus. Ipotesi: – REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS, Juiz de Fora, v. 21, n. 1, p. 91-100, 07 jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/ipotesi/article/view/19435>. Acesso em: 05 ago. 2022.

Aumenta o número de pessoas em situação de rua no Brasil, diz pesquisa. JORNAL HOJE, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2022/06/09/aumenta-o-numero-de-pessoas-em-situacao-de-rua-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml>. Acesso em 07 ago. 2022.

BARONE, A. C.; Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977). Afro-Ásia, (59),43-76. ISSN: 0002-0591. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77066579002>. Acesso em: 02 ago. 2022.

CARVALHO, P. L. Cadastro único e burocratas de nível de rua: o uso do poder discricionário na assistência social para as populações rurais. Dissertação, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p.190. 2020.

CORREIA DE FREITAS, B. M.; CAPARICA DA SILVA, J. A. . A responsabilidade do Estado diante da situação de abandono do idoso: Enfrentando o abandono assistencial do Estado. Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/9110>. Acesso em: 02 set. 2022.

DUARTE, Y. A. O.; NIWAL, L. M. S.; LUCAS, P. C. C.; FRANCISCO, T. R.; PERSEGUINO, M. G.. A visibilidade dos invisíveis: o olhar para os idosos vulneráveis durante e pós-pandemia da covid-19. In: Santana RF (Org.). Enfermagem gerontológica no cuidado do idoso em tempos da COVID 19. Brasília, DF: Editora ABen; 2021. 171 p. (Série Enfermagem e Pandemias, 5). Disponível em: <https://doi.org/10.51234/aben.21.e05.c11>. Acesso em: 20 jun.2022.

EVARISTO, C. (2015). Olhos d’água. Rio de Janeiro: Pallas.

FERNANDES, F. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

GOLDFARB, D. C. (1998). Corpo, tempo e envelhecimento. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI: subsídios para as projeções da população. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2015. 156 p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Projeções da população: Brasil e unidades da federação, revisão de 2020 [Internet]. Rio de Janeiro, 2018. 56p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>. Acesso em 20 jun.2022.

JESUS, C. M. de; Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada, São Paulo: Francisco Alves, 1961.



LACAN, J. (1962-1963/2005) O Seminário livro 10, A angústia Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

MONTEIRO, D. Pandemia de Covid-19 muda perfil de população em situação de rua. FIOCRUZ, 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-de-rua>. Acesso em: 05 ago. 2022.

NASCIMENTO, H. G. do; FIGUEIREDO, A. E. B. Demência, familiares cuidadores e serviços de saúde: o cuidado de si e do outro. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2019, v. 24, n. 4 , pp. 1381-1392. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018244.01212019>. Acesso em 07 ago. 2022.

NASCIMENTO, L.E.F. do; DANTAS, J.M.L.F.; FONSECA, I.A.C. da. Fatores associados ao abandono do tratamento com álcool e outras drogas em moradores de rua. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento , [S. l.] , v. 10, n. 16, pág. e178101623826, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i16.23826. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23826>. Acesso em: 05 ago. 2022.

NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. 2020. IPEA (Nota técnica). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10078>. Acesso em: 06 ago. 2022.

PAUGAM, S. (1999). O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais - uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: Sawaia, B.B.(Org.), As artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social Petrópolis, RJ: Vozes.

ROSA, M. D. O discurso e o laço social dos meninos de rua. Psicologia USP [online]. 1999, v. 10, n. 2 , pp. 205-217. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65641999000200013>. Acesso em: 10 ago. 2022

SANTOS, M. P. A. dos, et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. Estudos Avançados [online]. 2020, v. 34, n. 99, pp. 225-244. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014>. Acesso em 09 ago. 2022.

SANTOS, M. S.; NASCIMENTO, M. B.. O envelhecimento populacional na sociedade capitalista: entre o social e o econômico. Temporalis, v. 20, n. 39, p. 163-176, (2020): Serviço Social e a Assistência Social: trajetórias e tendências. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/27202>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SAWAIA, B. (Ed.)(1999). As artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social, (4 ª ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

SCALZILLI, J. P.; TELLECHEA, R.; SPINELLI, L. F.. Pandemia, crise econômica e Lei de Insolvência. 1ª Ed. Editora Buqi – Porto Alegre, 2020. Acesso em: 30 jun. 2022.

Síntese da Política para População de Rua. GOV.BR, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes>. Acesso em: 05 ago. 2022.

VIOLA, D. T. D.; VORCARO, M. R. A formulação do objeto a partir da teorização lacaniana acerca da angústia. Rev. Mal-Estar Subj., Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 867-903, set. 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid+S1518-61482000300006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid+S1518-61482000300006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 09 ago. 2022.